RDT

REVISTA DO DIREITO TRABALHISTA

ANO 18 – Nº 01 – JANEIRO DE 2012 REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA DO TST (REGISTRO Nº 13/98)

EDITORA CONSULEX

ISSN 1535-6057

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Marcel Lopes Machado

O USO DE MEDIDAS FLEXÍVEIS NAS CRISES

José Pastore

NOVAS FORMAS DE CONTRATAÇÕES URBANAS E RURAIS

RDT
REVISTA DO DIREITO TRABALHISTA
Ano 18 - nº 01 - 31 de janeiro de 2012 • Tiragem: 20 mil exemplares

TRT 1ª Região BIBLIOTECA MINISTRO CARVALHO JÚNIOR

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DA JURISPRUDÊNCIA DO TST SOB Nº 13/97, DE 13.05.97

Matéria de Capa

Novas formas de contratações urbanas e rurais

Desembargador Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Professor Titular de Direito Internacional e do Trabalho da Universidade da Amazônia e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, Georgenor de Sousa Franco Filho apresenta, na matéria especial desta edição, o cenário das contratações no Brasil. O que mudou nas últimas décadas? O autor inicia sua análise na realidade do campo e da cidade, para, após, cuidar de temas como teletrabalho, terceirização, quarteirização, pejotização e novas atividades, como a do *motoboy*, do doméstico, do flanelinha e do *sommelier*. O entendimento dessas intrincadas questões pode servir de bússula para a construção de um futuro melhor no mundo do trabalho. Confira! **(Página 4)**

Seções

ATUALIDADES 2
CONJUNTURA 3
MATÉRIA DE CAPA 4
FICHÁRIO JURÍDICO 10
DICAS PROCESSUAIS 14
DOUTRINA 16
ENFOQUE 21
PONTO DE VISTA 24
INDICADORES 26
LEGISLAÇÃO 27
ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA 39
EMENTÁRIO 48
ÍNDICE ACUMULADO 70

Acórdãos na Íntegra

•TST
Professor – Jornada de trabalho: validade de convenção coletiva 39

•TRT 4ª R
Dano moral – Pagamento: atraso de salário 44

•TRT 24ª R
Terceirização – Responsabilidade subsidiária 46

Atualização da Legislação

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
Reajuste
• Portaria Interministerial MPS nº 2/12 27

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CSJT)
Disponibilização pública do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT): caráter provisório – regulamentação
• Ato Conjunto TST/CSJT nº 41/11 29

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT)
Alterações
• Lei nº 12.551/11 29

CONTRATO DE TRABALHO
Termo de Rescisão: modelos – alteração
• Portaria MTE nº 2.685/11 30

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Fatores de atualização: dezembro/2011
• Portaria MPS nº 679/11 30
Vale-transporte pago em pecúnia considerando, o caráter indenizatório da verba: não incidência
• Súmula PR/AGU nº 60/11 31

INSPEÇÃO DO TRABALHO
Auditores-Fiscais do Trabalho: análise de processos
• Instrução Normativa MTE nº 94/11 . 31
Equipamentos de Proteção Individual – EPI: requisitos obrigatórios – alteração
• Portaria MTE nº 295/11 32

NORMA REGULAMENTADORA
Nº 18: alteração
• Portaria MTE nº 296/11 34

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)
Instrução para declaração: ano-base 2011
• Portaria MTE nº 7/12 34

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO
Feriados civis e religiosos: pagamento do salário
• Lei nº 12.544/11 36

SALÁRIO-MÍNIMO
Valor a partir de janeiro/2012
• Decreto nº 7.655/11 36

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
Norma Regulamentadora nº 6: alteração
• Portaria MTE nº 292/11 37
Norma Regulamentadora nº 12: alteração
• Portaria MTE nº 293/11 37
Norma Regulamentadora nº 15: alteração
• Portaria MTE nº 291/11 37

SEGURO-DESEMPREGO
Benefício: reajuste
• Resolução MTE nº 685/11 38

SISTEMA DE REGIME ELETRÔNICO DE PONTO (SREP)
Disciplinamento e utilização – efeitos
• Portaria MTE nº 2.686/11 38

*• Os acórdãos estampados correspondem, na íntegra, às cópias obtidas nas Secretarias dos Tribunais, ou se originam de seus julgados. • A **RDT** tem circulação internacional.*

RDT

REVISTA DO DIREITO TRABALHISTA

ANO 18 – Nº 02 – FEVEREIRO DE 2012 REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA DO TST (REGISTRO Nº 13/98)

EDITORA CONSULEX

CONSTITUIÇÃO E CNJ
Almir Pazzianotto Pinto

AUTUAÇÃO ADMINISTRATIVA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE IMAGEM
Domingos Sávio Zainaghi

O FENÔMENO DO TELETRABALHO
UMA ABORDAGEM JURÍDICO-TRABALHISTA

220411

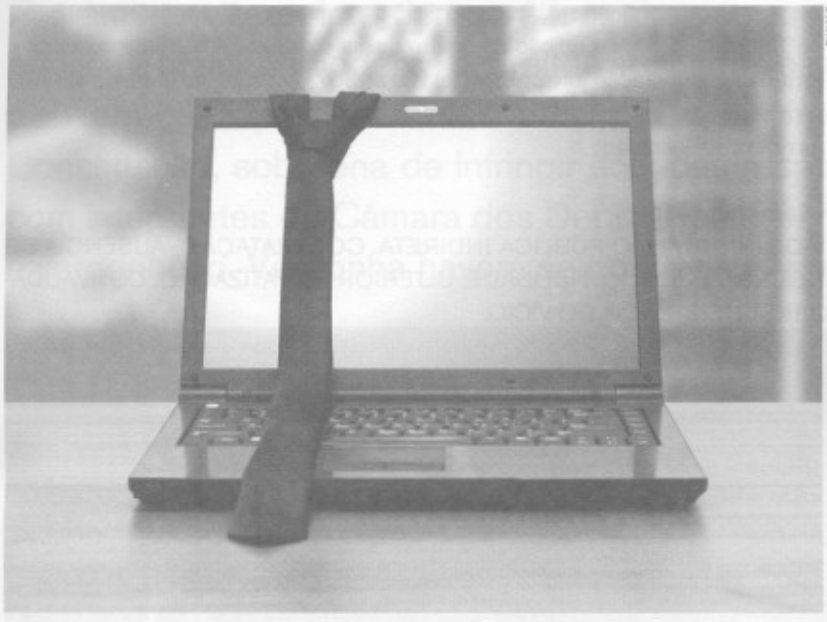
TRT 1ª Região BIBLIOTECA MINISTRO CARVALHO JÚNIOR

RDT
REVISTA DO DIREITO TRABALHISTA

Ano 18 - nº 02 - 29 de fevereiro de 2012 • Tiragem: 20 mil exemplares

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DA JURISPRUDÊNCIA DO TST SOB Nº 13/97, DE 13.05.97

Matéria de Capa



O FENÔMENO DO TELETRABALHO
UMA ABORDAGEM JURÍDICO-TRABALHISTA

Atualmente, a presença do trabalhador não é mais tão necessária nos locais onde se tenha o estabelecimento da empresa, com a presença do empregador ou de seus prepostos a dirigir a prestação pessoal dos serviços. A *Matéria de Capa* deste mês, assinada pelos Professores Francisco Ferreira Jorge Neto e Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, aborda o fenômeno do teletrabalho decorrente dessa realidade e das inovações tecnológicas. Os doutos articulistas esquadrinham o cenário atual do teletrabalho no mundo e analisam a alteração do art. 6º da CLT, que equiparou os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos àquela exercida por meios pessoais. O leitor terá em mãos, ainda, comentários sobre as vantagens e desvantagens econômicas e jurídicas do teletrabalho, sua natureza jurídica e o posicionamento da jurisprudência trabalhista sobre o tema. **(Página 6)**

CABELEIREIRO, BARBEIRO, ESTETICISTA, MANICURE, PEDICURE, DEPILADOR E MAQUIADOR
Atividades profissionais: reconhecimento

A Lei nº 12.592, de 18.01.12, publicada no DOU de 19.01.12, dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador. **(Página 33)**

Seções

ATUALIDADES 2
DESTAQUE 3
CONJUNTURA 5
MATÉRIA DE CAPA 6
DICAS PROCESSUAIS 14
ENFOQUE 25
DOUTRINA 27
PONTO DE VISTA 31
INDICADORES 32
LEGISLAÇÃO 33
ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA 39
EMENTÁRIO 48
ÍNDICE ACUMULADO 69

Atualização da Legislação

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
Valor médio: dezembro/2011
• Portaria MPS nº 8/12 33
Valor médio: janeiro/2012
• Portaria MPS nº 32/12 33

CABELEIREIRO, BARBEIRO, ESTETICISTA, MANICURE, PEDICURE, DEPILADOR E MAQUIADOR
Atividades profissionais: reconhecimento
• Lei nº 12.592/12 33
• Mensagem nº 11/12 33

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Fatores de atualização: janeiro/2012
• Portaria MPS nº 7/12 34

DÉBITOS TRABALHISTAS
Juros de mora: incidência – consolidação
• Súmula nº 37/12 34

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)
Linha de crédito: aquisição de material de construção – aprovação
• Resolução MTE nº 680/12 35

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)
Cumprimento da legislação: divulgação e fiscalização – procedimentos
• Instrução Normativa MTE nº 96/12 36

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST)
Registro do número de inscrição das partes do cadastro de pessoas físicas ou jurídicas: autuação das ações originárias – obrigatoriedade
• Ato SEGJUD.GP nº 3/12 37

TURISMÓLOGO
Profissão: reconhecimento
• Lei nº 12.591/12 38

Acórdãos na Íntegra

•TST
Justiça gratuita: litigante de má-fé 39

•TRT 2ª R
Dano moral: indenização – prescrição total 41

•TRT 9ª R
Ação de consignação em pagamento: ilegitimidade ativa 42

•TRT 24ª R
Convenção coletiva: gratificação de função específica 46